

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº 11080/000.592/93-14

SESSÃO DE 22 DE MARÇO DE 1995

ACÓRDÃO Nº 101-88.072

RECURSO Nº 83.838 - I.R.P.J. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. -Exercícios de 1991 e 1992

RECORRENTE: BRITA PORTOALEGRENSE MINERAÇÃO, CONSTRUÇÃO LTDA.

RECORRIDA: D.R.F. EM PORTO ALEGRE - RS

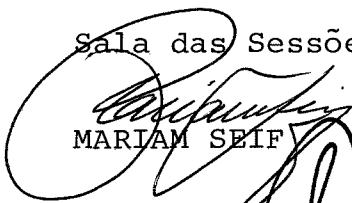
I.R.P.J. - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, - PROCEDIMENTO REFLEXO. A decisão prolatada no processo instaurado contra a pessoa jurídica, intitulado de principal ou matriz, da qual resulte declarada a materialização ou insubsistência do suporte fático que também embasa a relação jurídica referente à exigência materializada contra a mesma empresa relativamente à CONTRIBUIÇÃO SOCIAL aplica-se, por inteiro, aos denominados procedimentos decorrentes ou reflexos.

Recurso conhecido e provido, em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por BRITA PORTOALEGRENSE MINERAÇÃO, CONSTRUÇÃO LTDA.

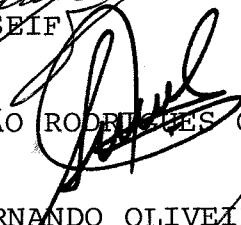
ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento parcial ao recurso, para reduzir a multa de ofício, bem como para excluir o encargo da TRD relativo ao período de fevereiro a julho de 1991, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões (DF), 22 de março de 1995



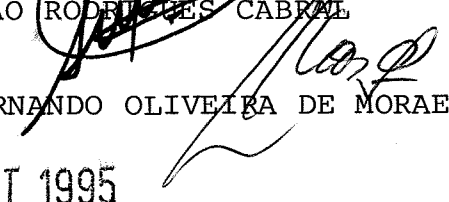
MARIAM SEIF

— PRESIDENTE



SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL

— RELATOR



LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES

— PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

VISTO EM

SESSÃO DE: 20 OUT 1995

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: JEZER DE OLIVEIRA CÂNDIDO, FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA, KAZUKI SHIOBARA, CELSO ALVES FEITOSA, RAUL PIMENTEL e ROBERTO WILLIAM GONÇALVES. 

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº: 11080/000.592/93-14

RECURSO Nº : 83.839

ACÓRDÃO Nº: 101-88.072

RECORRENTE : .BRITA PORTOALEGRENSE MINERAÇÃO, CONSTRUÇÃO LTDA.

RECORRIDA : D.R.F. EM PORTO ALEGRE - RS

R E L A T Ó R I O

BRITA PORTOALEGRENSE MINERAÇÃO, CONSTRUÇÃO LTDA.,, pessoa jurídica, inscrita no C.G.C. - M.F. sob nº 89.864.557/0001-84, não se conformando com a decisão proferida pelo Delegado da Receita Federal em Porto Alegre - RS, recorre a este Conselho conforme petição de fls. 88/98, na pretensão de reforma da mencionada decisão da autoridade julgadora singular.

A peça básica nos dá conta de que a exigência tributária resulta de:

"Contribuição Social: valor relativo à Contribuição Social decorrente da(s) infração(ões) apuradas que reduziu(ram) o lucro líquido do exercício."

Inaugurada a fase litigiosa do procedimento, o que ocorreu com a protocolização da peça impugnativa de fls. 44, foi proferida decisão pela autoridade julgadora monocrática, cuja ementa tem esta redação:

"CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Julgado improcedente a impugnação efetuada ao crédito tributário constituído no processo matriz, cumpre adotar solução de igual teor no tocante à correspondente exigência de Contribuição Social em processo reflexo.

IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE."

Cientificado dessa decisão em 09 de setembro de 1993, o contribuinte ingressou com seu apelo para esta Segunda Instância Administrativa, protocolizado no dia 08 de outubro seguinte, onde reconhece tratar-se de tributação reflexa e diz estar recorrendo no processo principal por considerar injustificada e ilegítima a cobrança que naqueles autos está sendo promovida.

É o relatório.



PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº: 11080/000.592/93-14

ACÓRDÃO Nº: 101-88.072

V O T O.

Conselheiro SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL, Relator:

O recurso foi manifestado no prazo legal. Conheço-o por tempestivo.

Do relato se infere que a presente exigência decorre de outro lançamento levado a efeito contra a mesma pessoa jurídica, onde foram apuradas irregularidades que acarretaram pagamento a menor do Imposto de Renda devido nos exercícios de 1991 e 1992 anos-base de 1990 e 1991.

Esta Câmara, ao julgar o Recurso protocolizado sob nº 107.014, deu-lhe provimento, em parte, conforme faz certo o Acórdão nº 101-87.582, de 06 de dezembro de 1994, assim ementado:

“I.R.P.J. - PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. NULIDADE. DIREITO DE DEFESA. Incorre o alegado cerceamento do direito de defesa quando a autoridade julgadora singular, no uso da faculdade conferida pela lei, fundamentadamente, considera prescindível e indefere pedido de realização de perícia formulado pelo sujeito passivo.

OMISSÃO NO REGISTRO DE RECEITAS. PASSIVO FICTÍCIO. A manutenção no passivo de obrigações cuja origem não possa ser comprovada ou que já tenham sido liquidadas, autoriza presumir omissão no registro de receitas, cabendo à pessoa jurídica o ônus de produzir prova em contrário.

BENS DO ATIVO IMOBILIZADO. CORREÇÃO MONETÁRIA. Deixando a pessoa jurídica de corrigir os valores investidos na aquisição de bens incorporados ao seu Ativo Imobilizado, testa configurada omissão no registro da receita de correção monetária, cujo montante deve compor o resultado do exercício.

CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS.

I - GASTOS COM BENS IMOBILIZÁVEIS. Procedente a glosa de valores apropriados como despesas operacionais, quando comprovado tratar-se de inversão de recursos na aquisição de bens que deveriam integrar o Ativo Imobilizado.

II - CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS. MAJORAÇÃO. A falta de registro do valor dos estoques das matérias-primas existentes por ocasião do encerramento do exercício social, implica majoração dos custos dos produtos vendidos. Na falta de sistema de contabilidade de custos integrado e coordenado com o restante de sua escrituração, será feita a avaliação dos estoques de acordo com as regras insertas no artigo 187 do Regulamento do Imposto de Renda aprovado com o Decreto nº 85.450, de 1980.



PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº: 11080/000.592/93-14

ACÓRDÃO Nº: 101-88.072

III - CUSTOS E DESPESAS INCOMPROVADAS. Para que os custos e despesas possam ser deduzidos como operacionais, não é suficiente a comprovação de que foram contratados, assumidos e pagos. É essencial, também, a comprovação de que correspondem a bens ou serviços efetivamente recebidos, que sejam necessários, normais e usuais na atividade da empresa.

MULTA DE LANÇAMENTO "EX OFFICIO". AGRAVAMENTO. INOCORRÊNCIA DA HIPÓTESE. A aplicação da penalidade agravada, no caso de lançamento de ofício, exige que as circunstâncias materiais do fato sejam perfeitamente identificadas e comprovadas, com vistas a configurar o **evidente intuito de fraude**. Meros indícios não só sugerem como requerem o aprofundamento das investigações, não se prestando, por si sós, para dar respaldo à imposição da multa agravada.

ENCARGOS A TÍTULO DE JUROS. T.R.D. - Incidem os encargos a serem cobrados como juros moratórios, com base na variação da Taxa Referencial Diária, nos termos da Lei nº 18.218, de 1991, somente a partir de primeiro de agosto de 1991.

Recurso conhecido e provido, em parte."

Em observância ao princípio da decorrência, e sendo certo a relação de causa e efeito existente entre as matérias litigadas em ambos os processos, o decidido no processo principal aplica-se, por inteiro, aos procedimentos que lhe sejam decorrentes.

Voto, pois, no sentido de dar provimento, em parte, ao recurso voluntário interposto pelo sujeito passivo, para ajustar a exigência ao que restou decidido através do Acórdão nº 101-101-87.582.

Brasília-DF, 22 de março de 1995.

SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL, Relator.

